



Raça e música: os desafios das leis 10.639/03 e 11.769/08 sob um recorte étnico-racial

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

Renan Ribeiro Moutinho
CEFET/RJ (PPRER) – renanmus@gmail.com

Resumo: Este trabalho é um recorte da monografia de conclusão do curso de Pós-Graduação em Educação Musical pelo CBM/RJ – Centro Universitário e uma prévia da pesquisa de dissertação de mestrado, em andamento, pelo Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER/CEFET-RJ). Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, com o objetivo de apresentar um breve levantamento de dissertações e teses possuindo como referencial as palavras-chave ensino de música e raça, assim como relacionar as pesquisas que discutam não só a aplicação como também para um possível diálogo entre as referidas leis.

Palavras-chave: Ensino de música. Relações Étnico-raciais. Teses e dissertações.

Race and Music: The Challenges of Laws 10.639/03 and 11.769/08

Abstract: This paper is an excerpt of the monograph graduation in Music Education by CBM / RJ - University Center and a preview of the research dissertation, in progress at the Graduate Program in Ethnic-Racial Relations (PPRER/CEFET-RJ). This paper is characterized as an exploratory research, with the aim of presenting a brief survey of dissertations and theses having as reference the keywords music education and race, relate research to discuss not only the application but also for possible dialogue between those laws.

Keywords: Music teaching. Ethnic-racial relations. Theses and dissertations.

1. Introdução

A promulgação da Lei nº 10.639, em janeiro de 2003, resulta de um longo processo histórico de luta do movimento negro que aponta para a “demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação” (BRASIL, 2004), além de estabelecer um compromisso político de reconstrução dos currículos escolares ao fomentar a “percepção correta de que não somos todos iguais, nem tratados como iguais” (GUIMARÃES, 2009, p.196). A partir da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, - lei nº 9.394/96 -, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira no âmbito de todo o currículo escolar, nos estabelecimentos de educação básica, oficiais e particulares, em especial nas disciplinas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003). No que tange ao ensino de Educação Artística, este desafio fora ainda ampliado e impulsionado pelas prerrogativas da lei nº 11.769, de 2008, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica e estabeleceu o prazo de três anos letivos, findado, no ano de 2011, como período de implementação deste componente curricular nos sistemas de ensino (BRASIL, 2008). Apesar

de a questão não ser objeto deste trabalho, observa-se, empiricamente, que grande parte dos docentes ligados à essa disciplina tem apresentado dificuldades em implementar os conteúdos propostos pela referida lei. Dentre os motivos apontados podemos destacar questões que vão desde o despreparo decorrente da ausência dessa discussão nos currículos dos cursos de formação até mesmo ao desconhecimento de tal obrigatoriedade. Nesse sentido, uma das questões a ser observada refere-se ao fato da existência de pesquisas que abordem a temática e se estas podem contribuir para a alteração desse quadro que pouco ou nada contribui para a mudança das práticas docentes na direção de uma educação musical que supere paradigmas eurocêntricos.

As relações étnico-raciais e o Ensino de música convergem em diversos aspectos para além deste panorama político-legislativo. Inicialmente, esta relação está diretamente discriminada no segundo parágrafo do texto da lei 10.639/03, estabelecendo que “os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.” (BRASIL, 2003) Ademais, entendemos que esta demanda possa subsidiar mecanismos de debate com educadores engajados na construção de práticas concebidas para a valorização das relações étnico-raciais e a história e cultura negra.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais vigoram desde meados do ano de 1997. Os denominados “temas transversais”, apresentados em documento também de 1997, foram selecionados dentre: a ética, a pluralidade cultural, o meio ambiente, a saúde, a orientação sexual e temas locais. Em uma busca, neste documento, pela palavra-chave raça, encontra-se a referência ao inciso quarto, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988¹; mas a ausência de qualquer tipo de discussão sobre o tema desvelando a ausência de profundidade sobre o tema. Desta forma, a fim de tratar do conceito de raça, recorreremos à concepção plenamente sociológica do termo a fim de ajudar “o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais” (GUIMARÃES, 2009, p. 31)

A opção pela pesquisa exploratória, neste trabalho de comunicação, coaduna com o que assinala Martins (2000: 30) de que esta é uma estratégia de “abordagem adotada para a busca de maiores informações sobre determinado assunto. Possui um planejamento flexível e é indicada quando se tem pouco conhecimento do assunto. Tem a finalidade de formular problemas e hipóteses para estudos posteriores”. Por sua vez, Gil (1999) acrescenta que pesquisas exploratórias são habitualmente realizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática de sua pesquisa.

A partir deste trabalho objetivamos, inicialmente, apresentar uma listagem das dissertações e teses disponíveis no Banco de Teses da Capes que relacionem “ensino de música e raça”, entre os anos de 2002 a 2012, além de relacionar as pesquisas que discutam não só a aplicação como também que apontem para o diálogo entre as referidas leis. A escolha por utilizar as palavras-chave “ensino de música e raça” e variantes, buscou ampliar o campo de análise para diversas áreas do conhecimento.

2. Dissertações e Teses

A pesquisa, inicialmente idealizada para ser desenvolvida a partir do Banco de Teses e Resumos da CAPES, teve de ser forçosamente alterada, pois o referido banco de dados encontra-se em manutenção desde o final de agosto de 2013. Apesar da ausência do Banco de Teses e Resumos da CAPES, optamos pela fidelidade às palavras-chave selecionadas no início da proposta deste trabalho, a saber: o ensino de música; as Relações Étnico-raciais; teses e dissertações. Desta forma, optamos por realizar a pesquisa não só em universidades que ofereçam cursos especificamente de música como expandir para outras universidades com áreas que pudessem dialogar e produzir discussões a partir da temática escolhida. A pesquisa nos bancos de teses e dissertações fora realizada em cinco universidades localizadas no Rio de Janeiro², a saber: UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) e UFF (Universidade Federal Fluminense). Esta escolha alternativa também se fundamenta no fato de que a proposta de dissertação de mestrado submetida ao CEFET/RJ possui a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro como delimitação geográfica.

A busca foi realizada por cinco (5) palavras-chave, simples e duplas, pré-definidas, que se inter-relacionavam com o tema em questão, a saber: música, ensino de música, raça, 11.769/2008 e 11.769; 10.639/03 e 10.639. A tabela 1 apresenta os resultados quantitativos de pesquisas por palavra chave nos bancos de Teses e Dissertações selecionados. A tabela 2, a relação de dissertações de mestrado que tratem especificamente das leis 10.639/2003 e 11.769/2008 com o ensino e/ou de ensino de música e a tabela 3, a relação de teses de doutorado que tratem especificamente das leis 10.639/2003 e 11.769/2008 com o ensino e/ou de ensino de música. Nota-se a predominância de trabalhos com o termo “música” e “raça”. A ausência de trabalhos na área de educação musical que tratam especificamente do cruzamento

das referidas leis pode estar relacionada ao desconhecimento da legislação ou a falta-de-estímulo ao desenvolvimento de trabalhos com esta abordagem temática.

A partir do exame dos dados encontrados, realizou-se a análise dos trabalhos obtidos. Dessa forma, para a presente comunicação, foram analisadas as produções dos quatro (4) trabalhos que mais se aproximavam de nosso campo de estudo.

Inicialmente apresentamos a tabela que discrimina a produção discente das universidades selecionadas a partir das palavras-chave selecionadas:

Tabela 1. Palavras-chaves e produção discente relacionadas.

Mestrado e Doutorado					
Palavra(s)-chave	Número de produção discente				
	UFRJ	UNIRIO	UFRRJ	UERJ	UFF
Música	656	Indisponível	01	61	52
Ensino de Música	74	Indisponível	0	0	0
Raça	77	Indisponível	0	135	187
11.769/2008 ou 11.769	1	Indisponível	0	0	0
10.639/2003 ou 10.639	1	Indisponível	0	0	0

Tabela 2. Relação de dissertações que tratem especificamente das leis 10.639/2003 e 11.769/2008 com o ensino e/ou de ensino de música e seus anos/autores, títulos, áreas/ Instituições de Ensino Superior – Mestrado

Mestrado		
Ano/Autor	Título	Área/IES
2010. FREITAS, Ludmila Fernandes de.	Cumpra-se a lei: o Ministério Público e os paradoxos da lei de ensino de história e cultura afro-brasileira: Lei nº 10.639/03 / Ludmila Fernandes de Freitas.	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ
2011. NOVAIS, Luciane Aparecida.	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Campos Colorado do Oeste e seu trabalho nas questões étnico-raciais no âmbito da Lei 10.639/2003	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola/UFRRJ
2012. SANT'ANNA C.	A Lei 10639/03 e a experiência do Projeto Malungo: discutindo o racismo brasileiro e a necessidade de uma educação antirracista	Programa de Pós-Graduação em Educação, UERJ

Tabela 3. Relação de dissertações que tratem especificamente das leis 10.639/2003 e 11.769/2008 com o ensino e/ou de ensino de música e seus anos/autores, títulos, áreas/ Instituições de Ensino Superior – Doutorado

Doutorado		
Ano/Autor	Título	Área/IES
2012. Sobreira, Silvia Garcia.	Disciplinarização da música e produção de sentidos sobre educação musical: investigando o papel da ABEM no contexto da lei nº 11.769/2008	Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRJ

3. O Estado da Arte: resultados e análise

Nesta fase de análise dos dados, consideramos as advertências sublinhadas por Norma Ferreira (2013) sobre a análise de resumos a partir da necessidade de conhecer o estado da arte de determinada temática:

Deve-se reconhecer que os resumos oferecem uma História da produção acadêmica através de uma realidade constituída pelo conjunto dos resumos, que não é absolutamente a mesma possível de ser narrada através da realidade constituída pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado, e que jamais poderá ser aquela narrada pela realidade vivida por cada pesquisador em sua pesquisa. Os resumos das pesquisas analisadas contam uma certa realidade dessa produção. (FERREIRA, 2013, p. 8)

O cruzamento das palavras ensino de música e raça não retornou nenhum resultado em nenhum dos bancos de dados físicos e virtuais pesquisados. Além disto, o número reduzido de resultados para esta pesquisa apresentou-se como uma surpresa tendo em vista os mais de dez anos de promulgação da lei 10.639/03, os cinco anos da lei 11.769/08 com a obrigação de efetivação nos currículos escolares. Acreditamos que a ausência de resultados do Banco de Teses e Dissertações da UNIRIO juntamente com o Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Música, os quais estavam fora-do-ar e/ou em manutenção, possa ter colaborado para o baixo número de dissertações exatamente em nosso tema de pesquisa delineado inicialmente. A fim de incrementar nossas ferramentas de pesquisa, consideramos adotar outras palavras-chave e/ou temas intrinsecamente ligados à nosso campo de pesquisa.

A maioria das pesquisas trabalhou com a abordagem qualitativa e pesquisa de caráter descritivo. Os instrumentos de coleta de dados foram: entrevistas, questionário, observação, análise documental e estudo de caso. Majoritariamente, as pesquisas foram realizadas em Programas de Pós-Graduação em Educação (75%) embora também tenham sido realizados trabalhos com ênfase em educação em áreas interdisciplinares, como antropologia e sociologia (15%).

Ao considerarmos que “cada resumo deve ser lido e analisado numa relação de dependência com o trabalho na íntegra” (FERREIRA, 2013, p.9) buscamos a leitura na íntegra dos trabalhos localizados a fim de compor uma síntese analítica dos trabalhos pesquisados e de nos aprofundarmos nestes, relacionando-os com nosso campo de pesquisa. Dessa forma, descrevemos nos parágrafos subsequentes o desenvolvimento do tema no trabalho e a relação deste com nossa temática de estudo.

A primeira dissertação, intitulada “Cumpra-se a lei: o Ministério Público e os paradoxos da lei de ensino de história e cultura afro-brasileira: Lei nº 10.639/03”, de Ludmila Fernandes de Freitas, discute a problemática em torno da efetivação da Lei 10.639/03 a partir de uma denúncia realizada pelo Ministério Público. Além disso, esse trabalho discute a multiplicidade de interpretações sobre o conteúdo da Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade. Consideramos a seleção e inclusão desse trabalho em nossa lista, pois o mesmo discute as dificuldades programáticas do campo instaurado pelas prerrogativas da Lei 10.639/03.

Munanga (2008) nos alerta para a possibilidade de que a universidade, a escola e os diversos ambientes de ensino em geral, dificultam a valorização, o sentimento de pertencimento a uma identidade especificamente negra à medida que mantém práticas pedagógicas estruturalmente alinhadas a uma conduta do dominador, reconhecido na figura do europeu branco com suas ideologias de hegemonia. A pesquisadora Luciane Aparecida Novais apresenta, em 2011, a segunda dissertação intitulada “O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campos Colorado do Oeste e seu trabalho nas questões étnico-raciais no âmbito da Lei 10.639/2003”. Nesta dissertação, a autora explicita a aplicação da Lei nº 10.639/2003 no ambiente de uma escola tecnológica de nível médio discutindo como a lei relaciona-se com a realidade de uma escola tecnológica que possui, em seu projeto pedagógico institucional, a proposta de um currículo de caráter multiculturalista. A análise da autora não explicita diretamente o uso de uma linguagem artística, mas a consideramos por problematizar questões sobre a aplicabilidade da legislação.

A terceira dissertação “A Lei 10639/03 e a experiência do Projeto Malungo: discutindo o racismo brasileiro e a necessidade de uma educação antirracista”, de Cristiano Sant’Anna, analisa questões tais quais as dificuldades encontradas por professores e professoras para a implementação de uma proposta de educação antirracista, discutindo se esta é auxiliada em mencionamos como a desconstrução da formação pedagógica tecida em alicerces de uma sociedade desigual e racista colaborando para iniciativas que promovam a implementação da Lei 10639. Dessa forma, o autor discute práticas educativas, não

necessariamente dentro de uma linguagem artística, mas que estejam alinhadas ao compromisso de efetivação da lei.

O quarto trabalho, a tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, denominado “Disciplinarização da música e produção de sentidos sobre educação musical: investigando o papel da ABEM³ no contexto da lei nº 11.769/2008”, por Silvia Garcia Sobreira, discute “posições hegemônicas em torno de alguns sentidos de Educação Musical” além de discutir “uma série de fatores e embates a respeito do modelo de ensino que deve ser validado, ao tipo de profissional que deverá exercê-lo, às funções que a Música deve ocupar e às lutas pela melhoria do status desse componente curricular nas escolas”. O trabalho desta pesquisadora é o único que trata especificamente da Lei 11.769/2009 embora não discuta diretamente os termos preconizados na Lei 10.639/03 a pesar de reconhecer que o currículo é uma construção social (YOUNG 1982; GOODSON, 1995, 1997, 2001, 2005, 2008 apud SOBREIRA, 2012, p.28) e, portanto, suscetível de influências político-legislativas.

4. Considerações Finais

A necessidade compelida de mudança na pesquisa do banco de dados da CAPES para a pesquisa no banco de dados dos Programas de Pós-Graduação aliada à ausência de resposta pela CAPES dos mais de sete e-mails enviados ao longo do mês de setembro questionando a intermitente mensagem de manutenção e indisponibilidade do Banco de Teses e Dissertações, configuraram-se definitivamente como um episódio imprevisto no transcurso deste trabalho.

Neste trabalho, a temática música e raça, especialmente sob o prisma das práticas educativas, revelou-se do interesse de áreas diversas do conhecimento: Educação, Educação Agrícola, Antropologia e Sociologia. Curiosamente, os Programas de Pós-Graduação em Educação Musical de universidades federais (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) não estiveram representados com nenhuma pesquisa que relacionasse a obrigatoriedade da educação musical nas escolas - lei 11.769/08 -, com práticas que pudessem desenvolver conteúdos de história e cultura afro-brasileira, estes pressupostos da lei 10.639/03.

Os trabalhos encontrados, embora em número reduzido, demonstram a preocupação em questionar os currículos hegemônicos em diferentes instituições da Educação sugerindo práticas que colaborem para a discussão e construção de um currículo plural que contemple questões como o multiculturalismo, por exemplo. Além disto, estes trabalhos também discutem o caráter de ampliação dos currículos, em especial a obrigatoriedade de



determinados conteúdos como a música e a história e cultura afro-brasileira, através da força da lei.

A discussão sobre a efetiva aplicabilidade da lei 10.639/03 tem sido o maior interesse de pesquisa apesar de não considerar necessariamente o campo da educação artística, e alguma de suas linguagens, como meio único de aplicação e desenvolvimento da temática história e cultura afro-brasileira e africana. Dessa forma, também pretendemos explorar esse fato em nossa pesquisa de mestrado. A pesquisa exploratória colaborou para que pudéssemos fundamentar nossa pesquisa em andamento no Mestrado em Relações Étnico-Raciais, bem como conhecer como se encontra o campo de pesquisa que relaciona “ensino de música e raça” com a aplicação das leis 10.639/03 e da lei 11.769/08.

Por conseguinte, este trabalho propõe-se a subsidiar possíveis mecanismos de debate com educadores engajados na construção de práticas concebidas como construção cultural e instrumento pedagógico contextualizadas à Lei nº 10.639/03 e a Lei 11.769/08, sublinhando a valorização das relações étnico-raciais, da história e da cultura afro-brasileira e africana e relatando possíveis problemas de efetivação curricular de práticas relacionadas à legislação após, respectivamente, dez (10) e cinco (5) anos de suas promulgações. Se a observação empírica nos permite verificar inúmeras dificuldades de cumprimento das referidas leis, as pesquisas realizadas nos espaços acadêmicos parecem ainda contribuir pouco para a produção de mecanismos que colaborem nas análises e superação desses mesmos entraves.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 11769 de 18 de agosto de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: Arte/ Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: Temas Transversais/ Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Música*. Resolução CNE/CES nº 2, de 08 de março de 2004.

_____. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/NSAF>>. Acesso em 27 de agosto de 2013.



FREITAS, Ludmila Fernandes de. *Cumpra-se a lei: o Ministério Público e os paradoxos da lei de ensino de história e cultura afro-brasileira: Lei nº 10.639/03*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia), 2010.

GIL, Antônio Carlo. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sergio A. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

MARTINS, G. *Manual para elaboração de monografias e dissertações* (2ª Ed.). São Paulo: Atlas, 2000.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NOVAIS, Luciane Aparecida. *O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Campos Colorado do Oeste e seu trabalho nas questões étnico-raciais no âmbito da Lei 10.639/2003*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola, 2011.

SANT'ANNA C. *A Lei 10639/03 e a experiência do Projeto Malungo: discutindo o racismo brasileiro e a necessidade de uma educação antirracista*. Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, 2012.

SOBREIRA, Sílvia Garcia. *Disciplinarização da música e produção de sentidos sobre educação musical: investigando o papel da ABEM no contexto da lei nº 11.769/2008*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

¹ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

² Os bancos de teses pesquisados foram, respectivamente: o Banco de Teses e Dissertações da UFRJ (Base Minerva) juntamente com o Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Música (PPGM) da mesma instituição; o Banco de Teses e Dissertações da UNIRIO juntamente com o Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Música (PPGM) da mesma instituição; o Banco de Teses e Dissertações da UFRRJ (Pergamum), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – TEDE da UERJ e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFF.

³ Associação Brasileira de Educação Musical